

População em situação de rua e vida cotidiana: algumas considerações geográficas¹

Igor Martins Medeiros Robaina²

RESUMO

O tema central deste trabalho é a discussão da população em situação de rua, sua vida cotidiana e das múltiplas relações mantidas com o espaço. O objetivo principal foi analisar o papel da espacialidade na vivência dessa população. Difunde-se a ideia de que este segmento populacional não se organiza segundo qualquer ordem espacial e, portanto, estariam perambulando, vagueando ou perdidos nos espaços públicos. Metodologicamente, o procedimento central na pesquisa foi a organização de um minucioso trabalho de campo que se mostrou um eficiente instrumento da prática de pesquisa geográfica, aqui concebida como um contínuo processo. As visitas ao campo ocuparam quase dois anos e foram realizadas mais de uma centena de longas entrevistas nos espaços públicos com essa população. Por meio da enunciação dos próprios sujeitos emergiram categorias vinculadas ao cotidiano, principalmente aquelas relacionadas às suas atividades diárias. A espacialidade foi entendida como o conjunto das lógicas de mobilidades, permanências e ritmos espaciais na execução dessas práticas. Assim, concluímos que a espacialidade se constitui em um elemento-chave para a interpretação deste fenômeno e necessita ser incorporado nas análises sobre o tema, pois demonstrou possuir uma dimensão essencial na organização da vida desta população.

PALAVRA-CHAVE: População em situação de rua; Vida cotidiana; Mobilidades; Permanências e Ritmos Espaciais.

ABSTRACT

The central topic of this article is the debate around the homeless, their everyday life and the multiple connections with space. The main objective was to analyze the role performed by spatiality on this population's life experience. There are indeed many ongoing discussions and analysis on this phenomenon, although very few of them are strictly dedicated to such relations. One thereby propagates the idea that this population does not organize accordingly to any spatial order being therefore wandering or lost in the public spaces. In that sense the challenge in this research was to understand if there was any link between the homeless population and the spatial dimension, especially those regarding everyday practices. Methodologically the central approach in this research was the organization of a detailed fieldwork that also turned out to be an effective tool in geographical research, here conceived as a continuous process. Field trips took almost two years and we conducted more than a hundred interviews with homeless population in public spaces. Through their own speech emerged categories related to their daily life and activities that could be reassembled as spatiality or a set of spatial logics related to mobility, place of stay and rhythms that fulfilled such practices. We observed that even in front of a complex set of adversities this population does not act randomly. On the contrary, it has a series of logics marked by practices and strategies that produces places, territories, trajectories and daily spatial circuits. Finally, we have concluded that spatiality constitutes itself a key-element to interpret such phenomenon and it needs to be embodied in the analysis regarding this thematic since it has an essential significance in this population's life organization.

KEY-WORDS: Homeless; Everyday Life; Mobility; Places and Rhythms.

1 Este trabalho é resultado de reflexões da Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (2105) e ganhadora do Prêmio IPP - Maurício de Abreu de melhor tese sobre o Rio de Janeiro (2017) intitulada "Entre mobilidades e permanências: uma análise sobre as espacialidades da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. * Gostaria de agradecer ao Grupo de Pesquisa Território e Cidadania - UFRJ e, em especial, aos Professores Paulo Cesar da Costa Gomes e Leticia Parente Ribeiro.

2 Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Departamento e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

“Tu tem” que viver. Não adianta você me perguntar. Você tem que viver os lugares que eu vivo. É isto aqui ó. É esta praça, as pessoas. (...) “Tu tem” que experimentar. Experimentar é bom. “Tu tem” que pegar um cobertor e “botar ele” na mochila. Deitar na grama ou no chão “tranquilão”, sem se preocupar com a vida. Aí você vai entender. Tem que ficar o dia todo com fome. Sentar aqui e esperar a comida chegar. Comer aquela comida. Conviver com as pessoas e aí você vai entender o que é. Porque que você viveu. Por que quem não vive, não pode aprender só com a história. Por que a história vai te ensinar o que aconteceu, ela não vai te mostrar o que é realmente é. Tem que sentir. É isso aí. (Osmar, 35 anos)³.

Toda pesquisa se constitui como um desafio. Os diferentes caminhos possíveis e os inúmeros atravessamentos decorrentes dos encontros teóricos e pessoais na universidade, bem como, nos trabalhos de campo promovem uma série de aberturas e incertezas sobre o nosso caminhar. Pesquisar sempre envolve riscos, ansiedades e fragilidades. Estamos diante dos conceitos e categorias; dos métodos, técnicas e procedimentos; das éticas e moralidades; dos prazos e outras exigências particulares e, principalmente, das complexidades que envolvem as relações sócio-espaciais da vida cotidiana.

Deste modo, a cada passo que damos e buscamos firmá-lo para seguir em frente precisamos reconhecer os limites e as possibilidades das escolhas que fizemos levando em consideração o contexto e o conjunto das variáveis existentes. Na prática, nem tudo está tão claro, coerente e consciente para nós. O resultado, ou seja, neste caso específico, uma tese de Doutorado em Geografia é somente uma estação⁴ em uma trajetória que pretende seguir, mas reconhecendo que em cada releitura do trabalho que originou este texto e das novas experiências e conhecimentos construídos neste mundo surgem novas questões e parece ser um processo sem fim.

Assim, o objeto central desta pesquisa é a espacialidade humana, ou seja, a capacidade que os seres humanos possuem de se organizarem e realizarem práticas, comportamentos e de atribuírem significados espaciais neste mundo. Atrelado a esta grande questão geográfica está a população em situação de rua. Estamos diante de um fenômeno complexo no espaço urbano, onde homens e mulheres de carne e osso desafiam todo um conjunto de adversidades e estigmas existentes produzindo geografias e espacialidades cotidianas possíveis em busca de garantir a sua própria existência.

1. População em situação de rua: um fenômeno complexo

Enquanto este trabalho está sendo lido, milhares de pessoas vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. De fato, estamos diante de um fenômeno paradoxal e que merece grande atenção pelas Ciências Humanas e Sociais. Diferente do que se imagina, não estamos diante de um fenômeno recente, pois pensando a partir do ocidente podemos demarcá-lo desde a Antiguidade, como na figura do filósofo grego Diógenes Laércio e sua autocaracterização como um homem “sem cidade, sem lar, banido da pátria, mendigo, errante, na busca diuturna por um pedaço de pão” (LAËRTIOS, 2008, p.161). De fato, novos são contornos deste fenômeno na contemporaneidade, seja nas dinâmicas e paisagens urbanas, seja na dimensão política e do território.

3 Pessoa em situação de rua entrevistada durante a pesquisa.

4 A ideia está baseada em um lugar-momento de uma trajetória e é atribuída ao Geógrafo Sueco Torsten Hägerstrand.

Por certo, há duas explicações mais comuns sobre o processo que envolve a gênese deste fenômeno⁵, ainda que as mesmas sejam fortemente marcadas por lógicas dualistas que são: *estrutural-econômico e relacional-pessoal*. Apesar de didática esta é uma forma fragmentada de explicação. Desta maneira, se faz necessário refletir sobre estas dualidades e criticar, pensando, ao mesmo tempo, nas possibilidades, forças e pressões da estrutura e na dimensão e importância do próprio sujeito.

Nesse sentido, qualquer tendência à explicação da existência da população em situação de rua a partir de uma única variável parece ser epistemologicamente frágil. A complexidade gira em torno da ideia de que um determinado fator, às vezes responsável por levar uma pessoa à situação de rua, pode não ser o mesmo que levará outra pessoa a essa mesma situação. Existe um abismo entre o reconhecimento de uma determinada variável, sua força causal sobre determinados aspectos que levam o indivíduo a tal situação e a explicação geral do fenômeno.

Assim, mesmo reconhecendo os fatores e suas posições no interior destas possíveis dualidades, optamos por uma análise de modo integrado, multidimensional e multiescalar do próprio fenômeno.

Em relação aos fatores, a questão habitacional se caracteriza historicamente como um dos aspectos de maior visibilidade do fenômeno, especialmente pelo fato da visibilidade pública das pessoas dormirem nas ruas. No entanto, este fator é marcado por uma intensa heterogeneidade, que pode variar desde o aumento do preço dos aluguéis, o desemprego, as remoções e as catástrofes ambientais até conflitos familiares que tornam as residências em espaços inviáveis para a permanência.

Diferente do que se pensa, nem todo espaço habitacional se constitui como um lar; em alguns casos, ele pode ser o oposto disso. Em diferentes análises, parte significativa da população em situação de rua possui residência e família, mas, devido a uma série de fatores, os vínculos e as possibilidades do convívio são rompidas. Em algumas situações, a questão central não é o problema residencial, mas a ausência de um lar para a estruturação da vida (ROBAINA, 2015).

O trabalho também é um fator central para a compreensão do fenômeno, já que envolve aspectos vinculados à globalização, ao neoliberalismo, às reestruturações produtivas e às leis trabalhistas. O desemprego é central nessa discussão, tanto pelas limitações materiais da ausência de renda fixa e segurança trabalhista quanto pelos significados simbólicos vinculados à falta de emprego (SCOREL, 1999; NEVES, 1983).

O fenômeno migratório também participa diretamente desse processo, sobretudo por fraturar as redes de solidariedade e pela constituição do estigma de um “migrante que fracassou” ao retornar para a terra natal.

As questões vinculadas à saúde também possuem peso significativo, seja em relação aos quadros de transtornos psiquiátricos, seja em relação ao uso abusivo de álcool ou entorpecentes ilícitos.

Outros aspectos também participam diretamente da constituição do fenômeno da população em situação de rua e precisam de análises pormenorizadas, tais como: problemas educacionais, étnico-raciais, gênero, sexualidade e reinserção dos egressos do sistema prisional na sociedade.

Mesmo diante de um conjunto de reflexões acadêmicas acerca desses fatores e suas relações com o fenômeno, permanece uma lógica de reprodução que busca

5 É importante destacar que durante a pesquisa, alguns profissionais da assistência social e as próprias pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro revelaram de nunca terem tido uma habitação no sentido formal ou não se recordar da existência da mesma.

responsabilizar o próprio indivíduo pela situação de rua, sem levar em consideração o contexto envolvido (SNOW e ANDERSON, 1998). Diante da culpabilização, a população em situação de rua passa a ser compreendida como um problema isolado de gestão urbana e não como uma questão decorrente de problemas sociais diversos.

Assim, mesmo diante de uma vasta literatura, se apresentava uma grande lacuna e esta se vinculava a dimensão espacial. Em grande parte dos trabalhos sobre o tema, o espaço era inexistente, se configurava como um receptáculo ou como recurso retórico. Além disso, se apresentava por um lado, tanto em alguns discursos acadêmicos, quanto no senso comum, especialmente reproduzido pelos meios de comunicação, a ideia que a população em situação de rua estaria perdida, perambulando ou desorientada na cidade. Por outro lado, percebíamos mesmo antes do desenvolvimento da pesquisa, que esta população realizava um conjunto de práticas cotidianas na cidade.

Neste sentido, a pesquisa inicialmente se orientou como um compromisso social e científico de analisar geograficamente a possível existência de uma espacialidade do fenômeno da população “em situação” de rua. Posteriormente, a descoberta de alguns aspectos e elementos no próprio campo nos ajudou a compreender as diferentes espacialidades desta população por meio de suas atividades cotidianas, a partir das múltiplas interações entre lugares e trajetórias e seus intervalos temporais, ou seja, entre *Permanências, Mobilidades e Ritmos* na área central da cidade do Rio de Janeiro.

2. “Entre idas e vindas novamente”: a construção processual de uma pesquisa

No caso da presente pesquisa, os trabalhos de campo se iniciaram nas bibliotecas e arquivos. Entender o que já havia sido produzido na academia, bem como, os registros, acervos e fontes documentais existentes se constituíam como parte fundamental deste processo e nos permitiu constatar uma continuidade histórica do fenômeno da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nos espaços públicos da área central. Os periódicos matutinos foram um destes exemplos.

O Problema da Mendicidade e as ideias radicais do Sr. Chefe de polícia (O GLOBO, 15-09-1926).

Movimentada caça aos mendigos: várias prisões no Centro da cidade (O GLOBO, 08-08-1939).

Novo Prédio para recolher mendigos: solução de um problema que aflige a população – fala O GLOBO ao Chefe do Serviço de repressão à Mendicância (O GLOBO, 12-07-1956).

Mendigos vivem acampados em frente ao MAM (O GLOBO, 16-03-1980).

Praça Quinze vira acampamento de mendigos: população de rua chega a montar tendas na região; batalhão tem PMs à paisana na área para combater assaltos. (O GLOBO, 11-06-2010).

O levantamento nos jornais também permitiu constatar a ocorrência de conflitos e ações emblemáticas de violência no Rio de Janeiro contra esta população, como nos casos da “Operação mata-mendigos” e da “Chacina da Candelária”. O primeiro ocorreu entre os anos de 1962 e 1963, quando pessoas em situação de rua desapareceram da área

central e foram encontradas mortas às margens do Rio Guandu⁶. Muitos dos corpos estavam com os braços e pernas atados. Foi constatada a *causa mortis* por afogamento⁷.

O segundo caso ocorreu na noite de 23 de julho de 1993. Aproximadamente cinquenta pessoas em situação de rua, entre crianças e adultos, foram atacadas a tiros enquanto dormiam próximo à Igreja Nossa Senhora da Candelária, localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro. O resultado foi a morte de oito pessoas. Ao final da investigação, chegou-se à conclusão que os executores eram policiais.

Apesar das fontes que possibilitavam uma análise de Geografia Histórica deste fenômeno na cidade optamos por analisar o contexto atual e a partir dos próprios sujeitos. Neste sentido, realizei a busca por dados secundários existentes. Procurei acessar recenseamentos, levantamentos e estimativas que fornecessem indicadores para a organização da pesquisa. Saber quantos eram, quem eram e, principalmente, onde estavam poderia ajudar a pensar os passos seguintes da investigação. Entretanto, o único documento existente em nível federal e disponível para acesso era a *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*, realizado em 2008, e que contabilizava 31.922 pessoas adultas em todo o país.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a referência oficial consultada foi o *Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro* (2008), que contabilizou 1.906 pessoas nesta situação⁸. Cabe salientar que foram excluídos da amostra todos aqueles que se encontravam nos abrigos públicos, os que não estavam circunscritos nas áreas escolhidas, bem como aqueles que permaneciam em pensões ou hospedarias e que poderiam retornar para os espaços públicos a qualquer momento.

A despeito dos impasses metodológicos, o documento forneceu algumas informações imprescindíveis para a elaboração da pesquisa e para a definição do recorte espacial da análise. De acordo com o levantamento, 35,1% desta população (670 pessoas) permaneciam na área central da cidade. Deste modo, menos de 0,5% da área total do município do Rio de Janeiro, segundo dados oficiais, concentrava mais de um terço de todo este segmento populacional.

Deste modo, enquanto o recorte espacial se tornava mais preciso, ainda era necessário resolver questões concernentes à heterogeneidade do fenômeno e do perfil que seria analisado. Em relação à composição etária, do total de 1906 pessoas, o referido levantamento revelou que 73,77% (1.406) eram adultos, 7,08% (135) adolescentes, 8,18% (156) jovens, 3,46% (66) crianças, 3,6% (71) idosos, e 3,93% (75) não foi informado. No que concerne à diferenciação por sexo, a maior parte desta população era composta por pessoas do sexo masculino, com 79,64% (1518 pessoas), enquanto as pessoas do sexo feminino representavam 17,21% do total (388 pessoas) e 3,15% (60) não foi informado.

Os dados relativos às variáveis etárias e de sexo em duas grandes áreas do levantamento, que correspondem à área central da cidade do Rio de Janeiro, foram ainda mais conclusivos para a consolidação do recorte espacial e do perfil sócio-demográfico da análise. Nas áreas de concentração *Avenida Presidente Vargas* e *Grande Centro*, respectivamente 80,85% e 80,50% das pessoas identificadas eram adultas, e 90,96% e 81,12% do sexo masculino. Nesse sentido, optou-se por analisar especificamente as pessoas adultas e do sexo masculino na área central da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que representavam o perfil e o recorte mais significativos para uma possível compreensão do fenômeno.

6 Trata-se do mais importante rio que corta e abastece inúmeros municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro.

7 Não há consenso entre o Estado e a imprensa sobre o número de mortes neste período.

8 No segundo semestre de 2013, quando a pesquisa já estava na fase final dos trabalhos de campo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) realizou um levantamento de contabilizou 5580 pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, embora tenham permitido avanços no desenho da pesquisa, os dados extraídos das fontes oficiais, em virtude do nível de agregação em que foram disponibilizados, não eram adequados ao desenvolvimento de uma análise da dimensão espacial do fenômeno a partir do recorte espacial estabelecido. Como resultado das escolhas acima descritas, o caminho metodológico se organizou em torno da necessidade da adoção de uma perspectiva dialógica e imersiva que valorizasse a perspectiva dos próprios sujeitos sobre as espacialidades de suas vidas, o que só seria possível por meio do encontro pessoal e da interlocução dialógica. Ou seja, era preciso ir às ruas, e o trabalho de campo nos espaços públicos se constituiu como imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

No entanto, sabíamos que o estabelecimento dos diálogos com a população em situação de rua também seria um desafio, sobretudo, pela complexidade que envolvem as relações e as dimensões do *estigma* em Goffman (1982) de *outsiders* em Becker (2008) ou de *abjeto* em Butler (2008).

Deste modo, iniciei a caminhada pela área central da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro exercício consistiu apenas em observar pessoas em situação de rua, sem realizar qualquer tipo de diálogo. Confiante na importância que a observação direta possui para a pesquisa em Geografia, realizei deslocamentos por toda a área central e, com um mapa em mãos, busquei identificar, inicialmente, as marcas e as concentrações espaciais do fenômeno.

Assim, embora ciente dos limites da observação para tais contextos de pesquisa, eu registrava o local, o horário e quantificava o número de pessoas com base no sexo e na idade. Registrava também a presença de pertences pessoais, materiais recicláveis, carrinhos, animais de estimação ou de outros objetos associados à ocupação observada, bem como, modos de organização, práticas e comportamentos.

Após este movimento exploratório procurei estabelecer um diálogo direto com esta população nos próprios espaços públicos. Para tanto, eu me dirigia para uma das áreas de concentração previamente identificadas e me sentava em um banco, onde acreditava estar sentada uma pessoa em situação de rua. O resultado foi frustrante, pois na maioria das tentativas os sujeitos se negavam a travar qualquer tipo de conversa, silenciavam ou saíam de onde estavam sentados e se dirigiam para outros locais.

De fato, este mecanismo de blindagem social é um elemento bastante recorrente, principalmente em virtude do quadro de riscos e vulnerabilidades que este segmento social vivencia nos espaços públicos (PAIN e FRANCIS, 2004; SNOW, BAKER e ANDERSON, 1989). Por outro lado, foi interessante notar que do mesmo modo que se exerce sobre esta população uma lógica de invisibilidade sócio-espacial, como por exemplo, ao serem ignorados por transeuntes quando realizam pedidos, eu “senti na própria pele” uma blindagem ao realizar este movimento de aproximação.

Diante das adversidades que marcaram os primeiros meses da pesquisa, optei por não avançar mais de maneira independente por receio de um fechamento ainda maior junto à pesquisa. Decidi então buscar apoio junto à Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, o que representou uma espécie de rendição diante das dificuldades enfrentadas no campo. Uma vez tomada esta decisão passei por todo um conjunto formal de etapas, passei a participar das dinâmicas do *Centro Pop Bárbara Calazans*⁹.

Durante este período da pesquisa fui surpreendido pelo grande conhecimento da equipe de profissionais e, mais especificamente, pela sensibilidade de um Educador Social de

9 O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) é uma unidade de serviços voltada exclusivamente para esta população. Diferentemente de outros espaços assistenciais, este não se constitui propriamente como um abrigo, mas funciona no período diurno como um lugar de convivência e de acesso a diferentes serviços assistenciais, além de realizar atividades nos próprios espaços públicos.

Rua. Sua presença era aceita com bastante ânimo por pessoas em situação de rua nas diferentes áreas de concentração do centro da cidade.

O Educador Social em questão reconhecia a complexidade das relações que envolviam a população em situação de rua e do próprio quadro social e político da área central. Por diversas vezes, o vi mediando conflitos que poderiam ter desencadeado graves revanchismos e até mesmo mortes. Mesmo sem possuir formação acadêmica em um dos campos disciplinares das Ciências Humanas e Sociais, compreendia a lógica dos poderes e os limites da assistência social nos espaços públicos. De algum modo, a figura deste Educador Social se caracterizou como uma espécie de modelo seguido por mim em diferentes aspectos.

Assim, este período inicial do trabalho de campo ensejou uma série de questões relacionadas à *posicionalidade* e à *reflexividade* nas Ciências Humanas e Sociais. A vivência com os profissionais da assistência social me fez compreender a complexidade que envolve a entrada de um determinado sujeito - neste caso, a minha, como pesquisador - em uma configuração sócio-espacial preestabelecida. É preciso se reconhecer como uma nova peça que ao ser inserida em um jogo de tabuleiro, produz outras relações, comportamentos e significados. Este sujeito, inserido em uma labiríntica geometria de poder, passa a afetar os demais sujeitos e suas respectivas práticas espaciais. Estas interações fazem com que o pesquisador não pense ou realize qualquer movimento da mesma maneira pois, agora, se vê inteiramente inserido no contexto a ser analisado, reconhecendo que é ao mesmo tempo modificador e modificado por este contexto.

Na prática, apesar de ter avançado em um conjunto de aspectos da pesquisa e ter consolidado o apoio dos profissionais da Assistência Social, em especial daquele que se tornaria o meu informante, eu seguia blindado junto à população em situação de rua. O fato era que eu acompanhava a rotina destes profissionais diariamente, mas quando era apresentado para as pessoas que estavam em situação de rua, a interação muitas vezes se resumia a um cordial aperto de mãos e algumas poucas palavras.

Uma atividade específica, organizada pelo Centro Pop, representou um ponto de inflexão em termos da minha aceitação pela população em situação de rua na área central da cidade. O futebol. O jogo era realizado uma vez por semana, com o intuito de gerar maior sensibilidade em relação aos trabalhos da Assistência Social. Constituíam também uma estratégia de mediação de conflitos. No início, participei dando apoio logístico aos jogos, ou seja, carregando bolas, coletes, garrafas de água etc. Depois de um mês participando dos jogos, as relações já haviam se estreitado e minha imagem já estava fortemente associada àquela atividade. Uma vez que a prática do futebol era bem vista por esta população, os seus valores positivos também se associavam a mim. Passei a receber maior atenção e interesse.

A partir daquele momento, os diálogos começaram a fluir e se tornaram mais calorosos, embora o futebol ainda fosse o elemento central. Esta construção relacional me permitiu circular pelas diferentes áreas de concentração desta população e me aproximar das pessoas. Pouco a pouco eu começava a ser identificado e reconhecido, inclusive pelos meus interesses.

Passei a ser convidado a frequentar certos lugares na companhia destas pessoas e, principalmente, a ser convidado para almoçar no Restaurante Popular¹⁰, algo que só ocorria com alguns profissionais da assistência social. Contudo, embora as conversas tenham se tornado mais abertas e despreocupadas e os assuntos cada vez mais variados, eu ainda não ousava fazer perguntas diretas sobre os temas do meu interesse de pesquisa, pois não desejava gerar qualquer ruptura dos vínculos que ainda estavam em formação.

10 O Restaurante Popular é um espaço subsidiado pelo governo do estado do Rio de Janeiro que disponibiliza refeições pelo preço de um real. Trata-se de um importante equipamento para trabalhadores e pessoas de baixa renda na área central da cidade do Rio de Janeiro.

Os seis primeiros meses de trabalho de campo tiveram, portanto, um caráter exploratório e possibilitaram reflexões que orientariam a construção do instrumento de pesquisa. Partindo de uma perspectiva etnometodológica (GARFINKEL, 2006), aprendi com os próprios sujeitos quais eram as atividades mais importantes para compreender a vida cotidiana da população em situação de rua. Estas atividades foram ressignificadas em *categorias espaciais de análises*¹¹, as quais se tornaram a base para análise das lógicas e significados espaço-temporais desta população.

Como desdobramento, foi construído um instrumento de pesquisa semiestruturado que buscava compreender, por meio de um método regressivo dos últimos sete dias em uma *semana típica normal*¹², como estas pessoas realizavam as atividades analisadas, identificando os lugares que realizavam tais práticas e os significados para cada uma das lógicas de permanências, mobilidades e ritmos espaciais, marcos fundamentais para a construção do que era entendido como espacialidade para a pesquisa.

Na prática, posteriormente ao período exploratório de seis meses e a construção do instrumento central de análise, foram realizadas 108 entrevistas nos espaços públicos, ao longo dos doze meses seguintes de trabalho de campo. Efetivamente, estas informações se constituíram como dados centrais para a realização da análise, ainda que as conversas informais, a observação direta, os registros imagéticos e as descrições, incluindo os croquis, tenham contribuído para a análise da dimensão espacial do fenômeno da população em situação de rua.

3. As espacialidades da vida cotidiana: alguns exemplos

Acerca dos aspectos que envolvem a vida cotidiana da população em situação de rua, quatro temas ganharam centralidade na pesquisa e merecem destaque, que são: Trabalho e aquisição de recursos, alimentação, os cuidados de si, a prática do dormir no período noturno e a sociabilidade. Sobre o trabalho e a aquisição de recursos, este tema se constitui como fundamental em relação às condições materiais e as necessidades desta população, ainda que sobre bases pouco formais.

De fato, diferentemente do que se imagina este segmento populacional é bastante ativo economicamente e segundo a PNPSR - *Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua* (2008), 70,9% dos entrevistados realizavam algum tipo de atividade remunerada. No caso da presente pesquisa, 93% dos entrevistados (100) afirmaram ter conseguido algum dinheiro nos últimos sete dias.

Um dos aspectos relacionados a este tema é o seu caráter heterogêneo e diversificado, pois diante da forte vulnerabilidade e estigmatização, esta população busca desdobrar-se de diferentes modos para obtenção de recursos. Entretanto, algumas atividades possuem maior centralidade na dinâmica cotidiana, como é o caso das práticas vinculadas aos materiais recicláveis. Na Área Central da cidade do Rio de Janeiro, as próprias pessoas intitulam a prática como “garimpo”, ou seja, a habilidade, conseguir selecionar algo de valor em meio aos resíduos urbanos. Esta prática é marcada fortemente por lógicas espaciais, ainda que possua diferenciações internas.

11 As categorias foram as seguintes: alimentação, incluindo o consumo de água; os cuidados de si, que envolviam a limpeza das roupas, a higiene corporal, os pertences pessoais e a realização das necessidades fisiológicas; trabalho e aquisição de recursos; lazer e entretenimento; e a questão do abrigo.

12 Foi definido como uma *Semana Típica Normal*, um período de sete dias em que não tivessem ocorrido grandes modificações nas dinâmicas da cidade, como por exemplo, feriados, festas ou eventos extraordinários, bem como na dinâmica cotidiana destes indivíduos como, ter deixado o sistema prisional, ter sofrido um grave acidente ou ter chegado exatamente naquele dia à “situação” de rua.

A primeira delas está marcada pelo caráter itinerante. Com bastante recorrência é possível observar pessoas circulando com sacos plásticos vasculhando latas de lixo ou simplesmente catando os materiais recicláveis diretamente do solo. Estes corpos em mobilidade, cada vez que se abaixam produzem um ruído do choque das latas contra o solo, chamando a atenção, e, até mesmo, gerando o espanto por parte daqueles que cruzam suas trajetórias na cidade. Assim, este conjunto indissociado de imagens, sons, movimentos e ritmos decorrentes da coleta de materiais recicláveis se caracteriza como uma marca na paisagem da Área Central da cidade do Rio de Janeiro. Estas lógicas se organizam em torno de complexos circuitos espaciais, onde os próprios sujeitos estabelecem diferentes percursos, mediados pelos objetivos que se busca alcançar ou até que sejam vencidos pelo cansaço.

Por outro lado, existem lógicas territoriais específicas sobre determinadas áreas. Como síntese maior deste padrão, caracteriza-se a expressão “ninguém mexe não”, repetida inúmeras vezes pelos sujeitos envolvidos nestas práticas, ou seja, a partir de um regime de controle, domínio e exclusividade.

Alguns escritórios e lojas comerciais lançam diariamente grandes quantidades de papelão e de papel branco. Diferentemente das dispersas latas de alumínio ou garrafas *pet*, esta dinâmica envolve “a queda” de centenas de quilos em uma pequena área. O domínio destes territórios normalmente não é controlado por lógicas individuais, mas sim por pequenos grupos, que a partir de relações de poder dominam o espaço.

Além da comercialização dos materiais recicláveis, a prática da mendicância possui significativa expressão no cotidiano de parte desta população. No caso da Área Central da cidade do Rio de Janeiro, esta prática é significada por meio da expressão *manguear*¹³, entendida como um conjunto de estratégias que tem como fim obter algum tipo de recurso por meio de pedidos nos espaços públicos.

Segundo a *PNPSR* (2008), no Brasil, 15,7% dos entrevistados possuía na mendicância a principal prática para obtenção de recursos. No caso da presente pesquisa, 39% dos entrevistados (43) realizavam pedidos, sendo que somente 9,2% dos mesmos (10) afirmaram ter nesta prática a única forma para a obtenção de recursos. De fato, diferentes são estratégias e lógicas espaciais que envolvem esta prática nos espaços públicos. Assim, destaca-se desde uma permanência em determinadas áreas de grande afluxo de pessoas, como em terminais de transportes ou em frente de agências bancárias, farmácias ou igreja; passando por circuitos espaciais em pontos de ônibus, até a circulação de abordagens em um determinado perímetro espacial. Cabe ressaltar que a dimensão comportamental também é parte fundamental neste processo, variando deste o tradicional aspecto de necessidade e piedade, até as dimensões da coação e o reconhecimento das representações do medo e da violência na cidade.

Além disso, outras possibilidades atravessam a vida cotidiana da população em situação de rua, como as atividades de pequenos carros, montagens e desmontagens de barracas de camelôs ou de eventos, pequenos serviços e reparos, prostituição, tráfico de drogas.

Um segundo grande questão está vinculada com a alimentação cotidiana. No entanto, cabe ressaltar que esta dinâmica é fortemente marcada por ritmos e significados espaciais. Um primeiro aspecto a ser apontado é a força que o almoço possui como a principal refeição diurna do próprio dia e no caso da Área Central, o seu vínculo com o Restaurante Popular do Garotinho¹⁴.

13 O Dicionário Eletrônico Houaiss define o verbo como “usar de artifícios, especialmente para obter o que se deseja; engodar, iludir”.

14 Menção ao ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (1999-2002) e estes restaurantes durante a pesquisa estavam vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De fato, este espaço subsidiado garantia refeições ao preço de um real. Apesar de não ser pensado para a população em situação de rua, a mesma era uma grande beneficiária. No caso da presente pesquisa, 75% dos entrevistados (81) revelaram ter utilizado este espaço alguma vez nos últimos sete dias. Entretanto, inúmeras questões atravessam a utilização deste espaço e as dimensões do cotidiano desta população. A primeira delas está vinculada ao grande número de frequentadores e a capacidade suporte do local. Assim, a existência de grandes filas e a demora em poder realizar a atividade são marcas características. Outras variáveis estão vinculadas ao tempo, a localização e outras atividades envolvidas, ou seja, dependendo das demandas existe a impossibilitava de frequentar o local.

Deste modo, abre-se um segundo conjunto de possibilidades em relação a alimentação no período da manhã. A primeira delas possui um caráter seletivo e necessita de recursos materiais. Estamos falando da compra. Segundo Góis (2015) existem 2456 estabelecimentos comerciais de alimentação na Área Central da cidade.

Além das compras, o pedido se constitui como uma prática muito significativa no cotidiano desta população, ainda que se desdobre em estratégias bastante distintas. Por um lado, existem desde abordagens individuais nos estabelecimentos, até negociações diretas com proprietários e gerentes em relação a distribuição dos alimentos não consumidos ao final do almoço.

Por certo, o período do almoço nos dias laborais é marcado por uma grande gama de possibilidades. No entanto, este não é o mesmo cenário no período noturno. A dinâmica da cidade é alterada. Os trabalhadores retornam para as suas residências e os estabelecimentos se fecham.

Assim, os acessos se restringem e as *carreatas* ou *caravanas* se tornam a principal opção para a população em situação de rua. Estas atividades organizadas, principalmente, por grupos religiosos distribuem refeições noturnas nos principais lugares de permanência ou em lugares que os responsáveis acreditam ser mais seguros. Por certo, alguns entrevistados apontaram o caráter heterogêneo destas ações, seja em relação a periodicidade, a natureza ideológica dos organizadores e a qualidade das refeições. Estas ofertas afetam diretamente a lógica de decisão e mobilidade destas pessoas com base no conhecimento de algumas destas iniciativas que ocorrem no período noturno.

Além das lógicas que operam os dias e as noites, sobretudo, nos dias laborais, os finais de semana também estabelecem outras dinâmicas particulares. Assim, duas novas configurações se destacam neste contexto. A primeira delas é um café da manhã pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Nestes dois dias, há uma convergência espacial dessa população, vinda de diferentes lugares de permanência da Área Central, e até mesmo, da Zona Sul da cidade. No período noturno, quem assume esta centralidade são os *Franciscanos*, mais especificamente, na distribuição de alimentos na Central do Brasil e da Praça da Candelária. Estas atividades geram grande centralidade, encontros e interações, inclusive, de grupos rivais, mas que em linha gerais eram minimizadas pelo respeito as instituições.

Outra configuração de extrema importância e que não se vincula a nenhuma ação de assistência e solidariedade é marcada pela autonomia dos próprios sujeitos em fazerem as suas próprias refeições. Esta prática ocorre, por um lado, devido ao esvaziamento da área central e, sobretudo, pela redução dos aparelhos de controle do Estado nos espaços públicos. Para a realização desta prática são estabelecidas algumas estratégias. A primeira é marcada pela arrecadação de dinheiro entre os possíveis envolvidos e posteriormente, se deslocam para comprar mantimentos nos mercadinhos existentes na zona periférica da Área Central. A segunda é o deslocamento para a Feira Livre da Glória, onde os mesmos realizam o pedido de alimentos, sobretudo, de carnes, verduras e legumes. Posteriormente a isto, é realizado o preparo da refeição com utensílios que ficam escondidos nos próprios

espaços públicos. Ainda é preciso destacar o caráter altamente solidário, pois uma vez feita a refeição, caso alguém chegue ao local, mesmo sem ter contribuído, também pode almoçar sem maiores problemas. Assim, apesar da irregularidade, da qualidade e dos possíveis constrangimentos envolvidos, a questão da alimentação não se constitui como o maior dos problemas para esta população.

Uma questão mais delicada em relação a vida cotidiana desta população está vinculada a prática de dormir nos espaços públicos, sobretudo, no período noturno¹⁵. De fato, o período noturno abre uma série de espacialidades distintas e no caso da área central do Rio de Janeiro ocorre um significativo esvaziamento, decorrente da dimensão cíclica que envolve as principais dinâmicas econômicas e políticas da cidade.

Diante deste quadro geral, emerge a seguinte situação: para a população em situação de rua permanecer nos espaços públicos no período noturno, é necessário conhecer inúmeros aspectos e dinâmicas existentes, que envolvem desde a possibilidade de uma comodidade mínima para o descanso, até a busca pela própria obtenção de segurança pessoal.

Nesse sentido, um dos resultados da pesquisa foi que estas pessoas não dormem de maneira aleatória nos espaços públicos. No entanto, a prática de dormir nas ruas é uma situação complexa, pois não está somente relacionada às intempéries naturais do clima e do tempo. De maneira geral, rompe-se com os aspectos meramente biologizantes, pois a própria prática está indissociavelmente vinculada um conjunto de representações e significados sócio-espaciais.

O medo se constitui como um importante elemento para a construção destas geografias noturnas, sobretudo, pela grande incidência de ações violentas sofridas por esta população. Dormir neste contexto é assumir os riscos eminentes e irreversíveis no campo da vida. Diante desta premissa, construir estratégias espaciais é uma forma de lidar com um conjunto complexo de variáveis que se apresentam diariamente para aqueles que enfrentam estas situações nos espaços públicos.

Uma das questões fundamentais gira fundamentalmente em torno de onde e como dormir. Assim, se orienta por meio da dualidade entre *dormir junto ou separado*? Este aspecto está vinculado às ideias de concentração ou de isolamento sócio-espacial. Desse modo, tanto o dormir junto quanto o dormir separado possui diferentes aspectos, mas ambos estão apoiados na questão da proteção pessoal. Para aqueles que optam por dormir juntos, esta escolha está vinculada a maior proteção pelo maior número de pessoas envolvidas, como por exemplo, disparando um alerta ou atuarem diretamente na proteção direta. No entanto, para aqueles que optam por dormir de modo isolado, esta concentração seria na verdade um grande risco, sobretudo, por não saber o que as outras pessoas que dormem neste local fazem em seus cotidianos e os possíveis conflitos que possuem na cidade. Ainda em relação aos riscos que envolveriam dormir em concentração, aponta-se a recorrência das chacinas que ocorreriam justamente sobre este modo de organização sócio-espacial do fenômeno.

Outras questões merecem destaque, como por exemplo, a decisão de alguns entrevistados por dormir no raio de ação das câmeras de segurança, por acreditarem que estariam mais protegidos, ou ao menos, a possibilidade que os criminosos sejam julgados.

Avançando sobre questões mais sensíveis, a pesquisa também analisou os cuidados de si, ou seja, aspectos que envolviam a higiene pessoal¹⁶. De fato, a apresentação pessoal pública se

15 Apesar da tese de doutorado investigar também as relações com os abrigos públicos, foi escolhido no presente trabalho enfatizar exclusivamente as relações estabelecidas nos espaços públicos. Acerca desta questão, o Abrigo Rio Acolhedor (Paciência) ganhou significativo destaque e importantes considerações que envolvem mobilidades, ritmos e permanências.

16 Na tese em questão, além da higiene pessoal, também destacam-se a realização das necessidades fisiológicas excretoras e a questão dos pertences pessoais.

constitui como um elemento fundamental na sociedade (GOFFMAN, 2012, 1985), isto também a população em situação de rua.

Diferente dos imaginários e das representações sociais em jogo, a população em situação de rua reconhece e compartilha das mesmas imagens e representações que recaem sobre elas, inclusive, porque não nasceram nas ruas e já tiveram outros padrões de organização espacial e moral da vida cotidiana em relação ao próprio fenômeno.

Assim, um dos principais desafios é *como manter um corpo limpo em uma cidade suja?* Por certo, a inexistência de banheiros públicos se constitui como uma marca e modificar determinados usos de alguns equipamentos da cidade passam a ser uma alternativa. Diferentemente do que se imagina, esta população possui grande preocupação e no caso da presente pesquisa, 56% de todos os entrevistados (57) revelaram que tomaram banho todos os dias, apesar das adversidades existentes.

Um aspecto importante em relação ao uso destes equipamentos é o seu caráter de negociação, pois utilizar um chafariz não se constitui como uma tarefa simples. Um primeiro elemento é o da negociação, que envolve diretamente as forças de segurança pública e privada que dificultam e impõem que esta prática seja realizada com certa discricção e nos horários noturnos. Outra forma de negociação é travada com a própria população em situação de rua, mais especificamente, em relação a manutenção da qualidade da água do local. Apesar de não haver qualquer parâmetro sobre o recurso, lançar sabão no próprio corpo hídrico, realizar a prática no seu interior ou fazer necessidades fisiológicas próximo ao local pode gerar graves conflitos.

No entanto, outras estratégias aparecem nesse cenário, como por exemplo, encher algumas garrafas plásticas e tomar banho nos lugares de permanência para não ter que realizar qualquer deslocamento, utilizar os chuveiros públicos existentes nas praias e o pedido rápido de utilização das mangueiras de prédios residenciais e comerciais. Manter-se limpo e apresentar-se deste modo é um desafio que se busca contra a luta contra a estigmatização.

Por fim, os aspectos que envolvem o lazer e o entretenimento surgiram ao longo da pesquisa de modo surpreendente. De fato, O quadro sócio-espacial de adversidades em que essa população está inserida pode gerar certo estranhamento e desconforto em alguns leitores, levando em consideração os imaginários construídos sobre esta população, a partir de uma única ideia relacionada ao sofrimento humano.

Um dos elementos que despertou o interesse sobre este tema surgiu a partir da emergência dos próprios sujeitos. Seja observado pelo próprio pesquisador, ou ao serem indagados diretamente, era-nos apontado a recorrente prática de *“sair pra zoar”*¹⁷ em um determinado lugar, dia da semana e horário. Esta evidência proporcionou como estabeleciam diferentes ideias e inter-relações de atividades com esta natureza, mesmo diante de um quadro de grande vulnerabilidade.

No caso da população em situação de rua não se pode pensar essas atividades de um modo formal, a partir de certa rigidez, como uma atividade que se inicia após as obrigações profissionais, laborais, familiares, sócio-políticas e espirituais, como propôs Dumazidier (1979). Inicialmente, mensurou-se que 89% dos entrevistados (96) realizaram algum tipo de atividades prazerosas vinculadas ao lazer, ainda que se apresentassem de diferentes formas e graus de concepção das mesmas.

Diante disso, três cenários se apresentaram como forma de expressão destas práticas que são: *As praias, os ambientes musicais e as malocas nos espaços públicos*. Acerca do primeiro cenário, as praias se constituem como espaços de referência em relação a sociabilidade

17 A expressão *Zoar* pode ser entendido popularmente como uma forma de ocupar-se do tempo de maneira prazerosa, ou seja, relacionada principalmente à diversão.

na cidade do Rio de Janeiro, incluindo a população em situação de rua. O seu caráter democrático em relação ao acesso participam deste contexto.

A Praia do Flamengo teve 52% das enunciações (22) e um dos aspectos vinculados a essa opção está diretamente relacionado à proximidade geográfica com área, no qual as pessoas em situação de rua podem realizar o deslocamento caminhando em poucos minutos e sem a utilização de qualquer meio de transporte. No entanto, as praias de Ipanema e Copacabana também foram citadas como lugares frequentados. Em linhas gerais, os entrevistados revelaram que a sociabilidade na Praia promove uma menor segregação, no qual é possível a interação social por meio de diálogos e prática de esportes, como o futebol.

A questão dos ambientes musicais, mais especificamente, a vida noturna no bairro da Lapa e os bailes funk se inserem como o segundo cenário. O Funk Carioca como marca da expressão cultural da cidade nas últimas décadas, sobretudo, nas favelas e periferias, possuem grande centralidade aos finais de semana. Sua ocorrência está distribuída por toda cidade e se constitui como a possibilidade de interagir e sociabilizar. Neste sentido, existe toda uma mobilização e planejamento para estes locais, que envolve desde a obtenção de recursos para o consumo pessoal até a questão da apresentação pública.

Em relação ao Bairro da Lapa, principal área de sociabilidade noturna da cidade do Rio de Janeiro, o contexto é mais amplo, isto porque existem inúmeras possibilidades envolvidas. Apesar dos inúmeros espaços privados, é o espaço público que se constitui como lugar de permanência. A diversidade possibilita participação direta em inúmeras atividades, como rodas de capoeira, jongo, pagodes e aproximação junto a determinadas aglomerações de pessoas que bebem no próprio espaço público. Assim, este processo de interação permite desde pedidos, até aproximações que vão desde compartilhar cigarros, bebidas e outras drogas.

O terceiro cenário está vinculado com as malocas. Esses espaços se caracterizam como os próprios lugares de permanência desta população. Esse termo está vinculado originalmente à materialidade dos espaços habitacionais indígenas, mas para o caso da população em situação de rua ganha contornos relacionados à permanência nos espaços públicos, assim como vinculados aos períodos de lazer e tempo livre.

Para o caso específico da sociabilidade, a maloca por ser o resultado das próprias práticas, comportamentos e permanências dos sujeitos que realizam interações que garantam certo prazer e satisfação. Deste modo, desde conversar, preparar coletivamente a alimentação e o uso de bebidas alcoólicas se constituem como práticas nestes lugares. Foi interessante notar que existem deslocamentos destas pessoas para algumas destas áreas para este fim específico nos finais de semana, alterando assim, o quadro central que está vinculado a prática de dormir.

Diante destas enunciações, estes foram somente alguns dos aspectos centrais que atravessaram a pesquisa maior, mas existem inúmeros outros que estão contidos e que possuem igual relevância, contribuindo do mesmo modo para a compreensão do fenômeno.

4. Considerações finais

A preocupação central do presente trabalho esteve vinculada à dimensão espacial desta população, mais especificamente, por meio da organização da vida cotidiana. Acreditamos que os elementos analisados ao longo desta pesquisa nos permitem concluir que a vida cotidiana desta população no espaço urbano denota uma ordem espacial, rompendo com qualquer ideia de aleatoriedade e perambulação. Para estes sujeitos, saber por onde passar, quando passar, onde permanecer, reconhecer posições, limites e fronteiras deles

próprios e de outros segmentos e grupos que compõem as próprias dinâmicas da cidade, é uma prova clara deste processo altamente complexo que passa obrigatoriamente pela dimensão espacial da sociedade.

A população “em situação” de rua, por meio de suas mobilidades, permanências e ritmos, em meio às suas adversidades e incertezas, se configura como um exemplo emblemático de como a luta pela vida e pelo espaço se organiza e ganha contornos distintos que beiram o inacreditável, mas que coexistem e passam despercebidos em cada rua, esquina, embaixo de cada marquise, cotidianamente ao nosso de nós.

Referências bibliográficas

- BECKER, H. Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF. 2008.
- BUTLER, J. Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- DUMAZIDIER, J. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- ESCOREL, S. Vidas Ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 1999.
- GARFINKEL, H. Estudios en Etnometodología, Anthropos, México: UNAM. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas Sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOFFMAN, E. A Representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- GOFFMAN, E. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- GÓIS, M. Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro. Doutorado em [Geografia], Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LAËRTIOS, D. Vidas e doutrinas de filósofos ilustres. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- NEVES, D. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, SBPC, v. 4, 1983, p. 15-27.
- PAIN, R; FRANCIS, P. Living with crime: spaces of risk for homeless young people. Children’s Geographies, 2, 1, p.95-110. 2004.
- ROBAINA, I. Entre mobilidades e permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Doutorado em [Geografia], Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Levantamento de populações em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Cadernos de assistência social, volume 18, 2008.
- SNOW, D; ANDERSON, L. Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- SNOW, D; BAKER, S e ANDERSON, L. Criminality and Homeless Men: An Empirical Assessment. Social Problems, 36, 5, p.532-49. 1989.